

RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.592 - MG (2019/0205883-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **COMERCIO DE FRUTAS TERRA LTDA - ME**
ADVOGADOS : **PATRICK DIAS NEVES - MG112493**
: **VIRGILIO ANTONIO NEVES - MG034623N**
RECORRIDO : **ITAU UNIBANCO S.A**
ADVOGADOS : **SEBASTIÃO BRAGA - MG007195**
: **MÁRCIA LUIZA BRAGA - MG106893**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO. SINISTRO. EMBRIAGUEZ DO CONDUTOR. COMPROVAÇÃO. AGRAVAMENTO DO RISCO. CONDUTA DETERMINANTE. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial apresentado por Comércio de Frutas Terra Ltda. - ME, com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 361):

APELAÇÃO CIVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DE VIDA - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - EMBRIAGUEZ DO CONDUTOR - AGRAVAMENTO DE RISCO - PRESUNÇÃO - CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - PERDA DA GARANTIA - ART. 768, CÓDIGO CIVIL. Conforme orientação do STJ, no Resp 1.485.717/SP, a perda da garantia securitária é possível quando demonstrado que o condutor estava sob os efeitos do álcool durante o acidente, não importando se a direção estava sob a responsabilidade do próprio segurado (ato doloso) ou de terceiro a quem ele confiou o veículo (culpa grave, na modalidade *in vigilando* ou *in eligendo*).

Comprovado o agravamento do risco em razão da ingestão de álcool, enquadra-se a situação ao previsto no art. 768, do Código Civil, segundo o qual "o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato". V.V. APELAÇÃO CIVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO DE SEGURO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - NEGATIVA DE COBERTURA - CONDUTOR SOB EFEITO DE ÁLCOOL - CLÁUSULA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE - CAUSA DETERMINANTE DO SINISTRO NÃO COMPROVADA - INDENIZAÇÃO DEVIDA - JUROS DE MORA - MARCO INICIAL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MAJORAÇÃO -

VALOR DA CONDENAÇÃO - ÔNUS SUCUMBENCIAL. 1. A exclusão de cobertura que tem como causa o agravamento de risco depende de a seguradora comprovar a embriaguez do condutor do veículo e que foi a causa determinante do acidente.

Inexistente prova nesse sentido, a responsabilidade contratual da seguradora demandada deve ser reconhecida. 2. Ante a ausência de comprovação do efetivo dano relativo aos lucros cessantes, ônus que se impunha ao demandante e do qual não se desincumbiu, a teor do que estabelece o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, descabe a indenização postulada a esse título. 3. Na sentença condenatória, os honorários advocatícios devem arbitrados sobre o valor da condenação, quando a condenação não traduzir valor irrisório ou excessivo, mas condizente com o proveito econômico e qualidade do trabalho do advogado. 4. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas (art. 86, CPC). 5.

Nos casos de ilícito contratual os juros de mora incidem desde a citação válida e a correção monetária tem o seu termo *a quo* na data do efetivo prejuízo.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 401-412).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 415-434), o recorrente sustenta, em síntese, que não foi comprovada a embriaguez do condutor do veículo e cabia à recorrida o ônus de provar que a suposta embriaguez foi causa determinante para a ocorrência do sinistro.

Ressalta que a mencionada embriaguez, por si só, não exime o segurador do pagamento da indenização prevista no contrato, sendo necessária a prova de que o agravamento do risco decorrente da embriaguez influenciou decisivamente na ocorrência do sinistro, apontando dissídio jurisprudencial no ponto.

Alega que o pedido de indenização a título de lucros cessantes está alicerçado por documentos que demonstram de forma clara e precisa o faturamento de seus veículos.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 519-531).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ, fls. 534-537).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é

aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante à interposição do recurso especial, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados.

É importante ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que se demonstrem de forma clara os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

De fato, cumpre registrar, que a jurisprudência desta Corte Superior sedimentou o entendimento de que "o agravamento do risco não se dá somente quando o próprio segurado se encontra alcoolizado na direção do veículo; também abrange os condutores principais (familiares, empregados e prepostos), e envolve tanto o dolo quanto a culpa grave do segurado, que tem o dever de vigilância e o dever de escolha adequada daquele a quem confia a prática do ato" (AgInt no REsp n. 1.664.910/PR, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe de 18/12/2017).

Dito isso, cabe à seguradora comprovar o estado de embriaguez do condutor do veículo, o que enseja presunção relativa de que o risco foi agravado, a possibilitar a aplicação da pena do art. 768 do CC/2002. Por outro lado, a responsabilidade da seguradora em pagar o prêmio remanescerá caso o segurado demonstre que o infortúnio ocorreria independentemente do estado de embriaguez.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DE AUTOMÓVEL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. TERCEIRO CONDUTOR (PREPOSTO). AGRAVAMENTO DO RISCO. EFEITOS DO ÁLCOOL NO ORGANISMO HUMANO. CAUSA DIRETA OU INDIRETA DO SINISTRO. PERDA DA GARANTIA SECURITÁRIA. CULPA GRAVE DA EMPRESA SEGURADA. CULPA IN ELIGENDO E CULPA IN VIGILANDO. PRINCÍPIO DO ABSENTEÍSMO. BOA-FÉ OBJETIVA E FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE SEGURO.

1. Cinge-se a controvérsia a definir se é devida indenização securitária

decorrente de contrato de seguro de automóvel quando o causador do sinistro foi terceiro condutor (preposto da empresa segurada) que estava em estado de embriaguez.

2. Consoante o art. 768 do Código Civil, "o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato". Logo, somente uma conduta imputada ao segurado, que, por dolo ou culpa grave, incremente o risco contratado, dá azo à perda da indenização securitária.

3. A configuração do risco agravado não se dá somente quando o próprio segurado se encontra alcoolizado na direção do veículo, mas abrange também os condutores principais (familiares, empregados e prepostos). O agravamento intencional de que trata o art. 768 do CC envolve tanto o dolo quanto a culpa grave do segurado, que tem o dever de vigilância (culpa in vigilando) e o dever de escolha adequada daquele a quem confia a prática do ato (culpa in eligendo).

4. A direção do veículo por um condutor alcoolizado já representa agravamento essencial do risco avençado, sendo lícita a cláusula do contrato de seguro de automóvel que preveja, nessa situação, a exclusão da cobertura securitária. A bebida alcoólica é capaz de alterar as condições físicas e psíquicas do motorista, que, combatido por sua influência, acaba por aumentar a probabilidade de produção de acidentes e danos no trânsito. Comprovação científica e estatística.

5. O seguro de automóvel não pode servir de estímulo para a assunção de riscos imoderados que, muitas vezes, beiram o abuso de direito, a exemplo da embriaguez ao volante. A função social desse tipo contratual torna-o instrumento de valorização da segurança viária, colocando-o em posição de harmonia com as leis penais e administrativas que criaram ilícitos justamente para proteger a incolumidade pública no trânsito.

6. O segurado deve se portar como se não houvesse seguro em relação ao interesse segurado (princípio do absentéismo), isto é, deve abster-se de tudo que possa incrementar, de forma desarrazoada, o risco contratual, sobretudo se confiar o automóvel a outrem, sob pena de haver, no Direito Securitário, salvo-conduto para terceiros que queiram dirigir embriagados, o que feriria a função social do contrato de seguro, por estimular comportamentos danosos à sociedade.

7. Sob o prisma da boa-fé, é possível concluir que o segurado, quando ingere bebida alcoólica e assume a direção do veículo ou empresta-o a alguém desidioso, que irá, por exemplo, embriagar-se (culpa in eligendo ou in vigilando), frustra a justa expectativa das partes contratantes na execução do seguro, pois rompe-se com os deveres anexos do contrato, como os de fidelidade e de cooperação.

8. Constatado que o condutor do veículo estava sob influência do álcool (causa direta ou indireta) quando se envolveu em acidente de trânsito - fato esse que compete à seguradora comprovar -, há presunção relativa de que o risco da sinistralidade foi agravado, a ensejar a aplicação da pena do art. 768 do CC. Por outro lado, a indenização securitária deverá ser paga se o segurado demonstrar que o infortúnio ocorreria independentemente do estado de embriaguez (como culpa do outro motorista, falha do próprio automóvel,

imperfeições na pista, animal na estrada, entre outros).

9. Recurso especial não provido.

(REsp n. 1.485.717/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe de 14/12/2016 - sem grifos no original)

Na hipótese dos autos, o acórdão recorrido se alinhou ao entendimento acima ao consignar que (e-STJ, fls. 372-375 - sem grifos no original):

Trata-se de ação de cobrança de seguro facultativo na qual a seguradora apelante pretende a reforma da sentença que a condenou no pagamento da indenização, aduzindo, para tanto, que o condutor do veículo havia ingerido bebida alcoólica no dia do sinistro.

O Boletim de Ocorrência acostado às fls. 31/37 dos autos evidencia que:

I...] Após a equipe visualizar várias latas cervejas Brahma abertas (consumidas) e fechadas (lacradas) no interior da cabine, deslocou até o hospital da UFTM encontramos o Sr. Anderson Rodrigues de Amorim que já havia recebido os primeiros socorros, o qual admitiu que havia ingerido bebida alcoólica e recusou-se a submeter ao teste do Etilômetro. [...]

Reconhecido como incontroverso o uso de bebida alcoólica pelo condutor do veículo, nos termos do art. 374 do CPC, deve-se perquirir, sobre tal prisma, se há o dever de indenizar.

Em que pesem as bem lançadas razões no voto do culto Relator, o STJ se posicionou recentemente sobre a questão, entendendo pela presunção do agravamento do risco decorrente da combinação álcool e direção, fato que frustra o dever de boa fé nos contratos de seguro, com o consequente afastamento do direito à indenização.

A propósito, vejamos o referido julgado:

[...]

Assim sendo, considerando a presunção do agravamento do risco decorrente do uso de bebida alcoólica, devidamente comprovado pela seguradora e admitida pelo autor, competiria a este fazer prova de que a ingestão de álcool pelo condutor não foi determinante na ocorrência do sinistro, o que não se verifica na hipótese. Fica, portanto, reformada a sentença.

Assim, considerando o provimento da segunda apelação, resta prejudicado o primeiro recurso, ora interposto pela parte autora.

Por tais razões, renovando respeitosa vênia ao eminente Relator, voto no sentido de DAR PROVIMENTO A SEGUNDA APELAÇÃO E NEGAR PROVIMENTO À PRIMEIRA, julgando improcedente a pretensão autoral, invertendo os ônus da sucumbência.

Condeno o autor ao pagamento das custas recursais e dos honorários advocatícios que fixo nesta Instância Revisora no valor de R\$750,00.

Assim, constata-se que o aresto combatido está em harmonia com a

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a incidência da Súmula n. 83/STJ.

Impende registrar que é pacífico o entendimento deste Tribunal Superior de que a Súmula n. 83/STJ aplica-se aos recursos especiais interpostos com fulcro tanto na alínea *a* do permissivo constitucional (violação a lei federal) quanto na alínea *c* (divergência jurisprudencial).

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em R\$ 200, 00 (duzentos reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator